

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO FALADO

Luciane Braz Perez MINCOFF*

ABSTRACT: This proposal is based on studies related to the Conversation Analysis. It deals more specifically with issues that address the spoken text elaboration processes. Based on previous studies, we can state that the oral discourse is not built in a unique way, but there are diverse ways for that interaction to be effected by means of the spoken text. Thus, when speaking in formulation process, we need to think about text construction processes: the text is constructed by activation, reactivation, deactivation or reformulation. The work concerns the presentation of spoken text construction procedures; several mechanisms that contribute to the development of speech and samples of occurrences of use of resources/ marks of oral text that characterize the construction of texts of that kind of language and favor interaction through orality.

KEYWORDS: Text construction procedures; orality; interaction.

1. Introdução

A presente proposta abriga-se em estudos referentes à Análise da Conversação, trata, mais especificamente, de questões que abordam os processos de constituição do texto falado. Com base em estudos realizados, podemos afirmar que o discurso oral não é construído de uma forma única, há caminhos diversificados para que a interação seja efetivada por meio do texto falado. Assim, ao falarmos em processo de formulação, precisamos refletir a respeito dos processos de construção textual: o texto é construído por ativação, por reativação e por desativação ou reformulação.

Nosso intuito é divulgar resultados de pesquisas que desenvolvemos desde 2001, em projetos vinculados à UNESP (FCL/Araraquara), à UFSC (Florianópolis), à UEL (Londrina) e à UEM (Maringá). O *corpus* utilizado para análise é composto por histórias infantis contadas oralmente.

O trabalho diz respeito à apresentação de procedimentos de construção do texto falado; de diversos mecanismos que contribuem para a elaboração da fala e de amostras de ocorrências de uso de recursos/marcas do texto oral que caracterizam a construção de textos da referida modalidade da língua e favorecem a interação por meio da oralidade.

2. Fundamentação teórica

2.1. A conversação

“A conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”, segundo Marcuschi (1986: 14).

Basicamente, para que haja conversação, é necessário que duas pessoas demonstrem que têm interesse em entrarem em contato uma com a outra. Por isso, segundo Castilho (1998), para que a conversação possa ser executada, precisamos ter “espírito cooperativo” e reconhecermos ou identificarmos um “propósito comum”, a fim de que a direção da conversa

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP – Araraquara. Docente da Universidade Estadual de Londrina – PR.

possa ser a mesma para os participantes da conversação. A nossa participação numa conversa é construída, automaticamente, a partir do momento em que a intenção da conversa e a discussão do assunto são pertinentes àquilo que temos condições de discutir.

É possível citarmos cinco características básicas da conversação, segundo Marcuschi (1986):

- interação entre pelo menos dois falantes;
- ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- presença de uma seqüência de ações coordenadas;
- execução numa identidade temporal;
- envolvimento numa “interação centrada”.

Tais características permitem-nos tomar a conversação como uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum. Assim, Bakhtin (1997) diz que “toda palavra comporta duas faces”; pois é proferida por alguém e dirigida a uma outra pessoa e dessa forma, a conversação resulta na interação entre falante e ouvinte.

A interação face a face não é condição necessária para que haja uma conversação.

A interação, segundo Marcuschi (1986), envolve:

- expectativas mútuas;
- suposições e pré-suposições;
- atenção para fatos lingüísticos e paralingüísticos;
- conhecimento partilhado.

Para produzir e sustentar a conversação, duas pessoas devem partilhar um mínimo de conhecimentos comuns.

Segundo Castilho (1998), podemos mencionar dois tipos de conversação:

- Conversação natural: é aquela que não tem um roteiro preparado previamente. As decisões acerca do que vai ser falado, vão sendo tomadas, à medida que a conversa vai se desenvolvendo. Neste tipo de conversação, encontramos os diálogos simétricos e os assimétricos, de que trataremos a seguir. Podemos dizer que a contação de histórias surgiu com esse tipo de conversação, uma vez que as histórias clássicas da Literatura Infantil surgiram em rodas de “bate-papo”, portanto, informais, que eram criadas no momento da exteriorização, sendo um dos objetivos o entretenimento de adultos, jovens e crianças, a partir de interesses comuns.

- Conversação artificial: é aquela que segue roteiro preparado previamente ou um *script*. Encontramos este tipo de conversação em novelas, peças teatrais, filmes, entre outros, que possuem um texto, escrito por alguém e que é repassado para outras pessoas memorizarem e falarem como se o discurso fosse produzido por elas mesmas. É possível dizer que os contadores de histórias infantis atuais encaixam-se nesse tipo de conversação, uma vez que os textos já estão prontos e, em geral, foram produzidos por outras pessoas; eles apenas os utilizam para produzir seus discursos.

É necessário falar, ainda, a respeito de um “*continuum*” entre esses dois tipos de conversação. Esse “*continuum*”, que consideramos como uma zona intermediária, é representado por entrevistas ou conversações que possuem um roteiro prévio ou debates com seqüência pré-determinada a cerca da vez de falar nos turnos.

Quanto aos diálogos mencionados em conversação natural, vejamos:

- Diálogos assimétricos: são aqueles em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s), já que este tem um determinado privilégio sobre os outros. Este tipo de diálogo é bastante comum em instituições, igrejas, palestras etc.

- Diálogos simétricos: são aqueles em que os vários participantes têm, supostamente, o mesmo direito à auto-escolha da palavra, do tema a tratar e de decidir sobre seu tempo. Podemos dizer que, neste tipo de diálogo, os falantes têm liberdade de negociação para direcionar o assunto e controlar a distribuição de turnos.

Segundo Barros e Mello (1988, p. 28), “na conversação o tempo é real, e tudo o que se fizer é definitivo, enquanto que, ao escrever, podemos voltar atrás corrigindo os equívocos, eliminando passagens supérfluas, refazendo o estilo e polindo o texto”.

Ao falarmos em correção, de acordo com Castilho (1998), temos sempre que levar em consideração os fatores lingüísticos, psicológicos e sociais, que manifestam sua influência no dinamismo que circunda a conversação; afinal, sempre falamos a respeito daquilo que temos conhecimento.

Vamos, a seguir, ater-nos, mais precisamente, aos procedimentos constitutivos do discurso oral.

3. Processos de constituição do discurso oral

Nesta parte do trabalho, inicialmente, apresentaremos os procedimentos de construção do texto falado; a seguir, falaremos a respeito de diversos mecanismos que contribuem grandemente para a elaboração da fala. Vale lembrar que o realce maior será dado para os parênteses, haja vista que estes recursos é que constituirão a base de discussão deste trabalho.

3.1. Procedimentos de construção do texto falado

Quando produzimos um texto falado, essa produção traz, como componente central, a interação. Sendo assim, para que essa intercompreensão aconteça de fato, é necessário que o falante recorra a elementos e procedimentos que possam contribuir para a efetivação da interação entre os que falam e os que ouvem.

Tomando esse ponto de vista como parâmetro, concordamos com Andrade (1995, p. 6), quando diz “é chegado o momento de se observar o texto falado – produto interacional – como processo, a fim de que se possa descrever [e analisar] o seu modo de organização, as estratégias empregadas e as marcas lingüísticas que efetivam tal atividade”.

Dessa forma, podemos concluir que o discurso oral não é construído de uma forma única, há caminhos diversificados para que a interação seja efetivada por meio do texto falado. Assim, ao falarmos em processo de formulação, precisamos refletir a respeito dos processos de construção textual estabelecidos por Castilho (1998), segundo o qual o texto é construído por ativação, por reativação e por desativação ou reformulação. Vejamos o que vem a ser cada um desses processos de construção de um texto.

3.1.1. Construção por ativação

Ao produzir, o falante procura evidenciar aquilo que tem maior relevância no seu discurso. Ele procura fornecer todas as informações necessárias, para que o seu interlocutor seja capaz de perceber a importância do elemento que procura salientar no seu discurso. Para facilitar esse esclarecimento quanto à importância do elemento em foco, o falante procura dizer o que é, como é, o que faz, o que pode acontecer ao elemento de acordo com diferentes situações, favorecendo, dessa maneira, a compreensão do ouvinte. Para ilustrar esse tipo de processo de construção textual, Castilho (1998) diz que

A construção por ativação é o processo central da língua, seja falada, seja escrita. Através dele, selecionamos as palavras, com elas organizamos o texto e suas unidades, as sentenças e suas estruturas sintagmática, funcional, semântica e informacional, dando-lhes uma representação fonológica, administrando, assim uma bateria de regras. (CASTILHO, 1998, p. 57)

3.1.2. Construção por reativação

Ao tomarmos como referência as contribuições de Castilho (1998) a respeito dos processos constitutivos do texto, selecionamos um trecho para melhor ilustrar a definição desse tipo de construção. O referido autor postula que o processo de construção textual por reativação:

[...] é uma sorte de “processamento anafórico”, por meio da qual voltamos atrás, retomando e repetindo formas, ou repetindo conteúdos. A repetição, ou recorrência de expressões, e a paráfrase, ou recorrência de conteúdos, são as duas manifestações da construção por reativação. (CASTILHO, 1998, p.57)

Segundo Castilho (1998), quando o falante recorre a esse tipo de construção textual, existe uma retomada freqüente de idéias já ditas. Isso ocorre por uma questão pragmática, ou seja, pela necessidade de ser entendido pelo outro, ou ainda, o falante repete, retoma algo para facilitar a posse do turno. Dessa forma, podemos entender, que, por meio desse processo de reativação, o falante repete ou retoma algo que considera importante para a compreensão do seu discurso, para facilitar a compreensão por parte do interlocutor e também, para auxiliá-lo na re-elaboração da fala, quer seja ela em auto (correções feitas pelo próprio falante) ou heterocorreções (correções feitas pelo (s) interlocutor (es)).

Tendo isso em vista, acreditamos que a correção/reformulação é um mecanismo capaz de auxiliar a intercompreensão.

Como na fala, o planejamento e a execução do discurso acontecem no tempo real, é necessário que ao falarmos voltemos atrás para corrigir o que dissemos. A correção, na língua falada, segundo Castilho (1998), é uma característica dessa questão relacionada ao tempo. Vejamos, então, qual é a contribuição que esse recurso pode ou não fornecer à construção do texto falado. Além desse recurso de constituição do texto, veremos, também, considerações importantes a respeito dos recursos que, ao lado das correções/reformulações, formam o quadro de elementos mais importantes a constituírem esse tipo de processo de construção textual - as paráfrases.

3.1.2.1. A correção

Iniciamos este tópico utilizando como ilustração uma citação de Castilho (1998). Vejamos:

[...] na LF coexistem o planejamento e a execução lingüísticos no tempo real. Daí ser freqüentemente necessário voltar atrás para corrigir o que foi dito. O sistema de correção é uma consequência dessa característica, e implica eliminar os erros de planejamento – aqui não estamos falando de falhas cometidas contra a norma gramatical. É óbvio, que nas entrevistas, pode-se encontrar tanto uma quanto outra correção, mas neste nível de análise o que interessa é a correção do rumo da interação.” (CASTILHO, 1998, p. 42)

Alicerçamo-nos nesta ilustração para afirmar que a correção pode ser considerada como marca de elaboração própria da oralidade ou como um incidente de produção. Na verdade, são os “erros” a serem corrigidos que resultam do modo de inscrição da conversação no eixo temporal e que assinalam a simultaneidade entre elaboração e produção, enquanto a correção deles deve ser concebida como procedimento de reelaboração do discurso, segundo Barros e Melo (1988). Para as autoras, a correção enquadra-se no processo de reativação, ou como dizemos, a correção é vista como um processo de reformulação que favorece a produção, a compreensão e a interação por meio da fala.

Segundo Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 63), a correção tem um papel muito importante no processo de elaboração do texto. Podemos dizer que ela corresponde à construção de uma parte do discurso capaz de reformular algo dito anteriormente que pode ser considerado “erro” para o ouvinte. Com base nessa conceituação, essas autoras afirmam que a correção é “um claro processo de formulação retrospectiva”.

Podemos dizer que as ocorrências das correções conversacionais são marcas específicas da oralidade, pois o falante tem liberdade para utilizar quaisquer vocábulos ou enunciados que considere coerentes. Além disso, ele pode substituí-los por outros que possam ser mais satisfatórios e que podem, além de facilitar a interação entre os participantes da conversação, auxiliá-lo na preservação de sua auto-imagem.

O “erro” seria uma escolha do falante: lexical, sintática, prosódica, de organização textual que, por razões diversas, foi considerada inadequada pelo próprio falante ou por seu interlocutor. O “erro” pode ser apenas assinalado, mas não propriamente corrigido, ou assinalado e corrigido, por qualquer dos interlocutores.

Segundo Castilho (1998, p. 43), o sistema de correção pode ser visto como “um conjunto de atos de constituição do texto falado”. Esse conjunto envolve desde a escolha dos vocábulos a serem pronunciados até a organização e produção do enunciado, que denominamos texto propriamente dito.

A declaração do “erro” ou sua correção correspondem a diferentes fases: a de negação do elemento a ser corrigido ou “erro” e a de afirmação de um novo elemento, o “correto” ou que corrige o “erro”.

Ao analisar a conversação, nem sempre é fácil ou possível distinguir a correção de outros procedimentos.

A correção é definida como um procedimento de reelaboração, que conserta as dificuldades e inadequações temporais da elaboração e da produção do discurso e como ato de reformulação do texto, tendo em vista a inter-compreensão, segundo Barros e Melo (1988).

Podemos falar acerca de dois aspectos de estudo da correção: procedimentos lingüísticos e funções assumidas ou efeitos de sentido produzidos. Examinando as ocorrências de correção de forma ampla, podemos ver o mecanismo sob dois pontos de vista: primeiro, adotamos uma perspectiva comunicativa da língua e valorizamos o papel da correção na construção do sentido do texto e, depois, verificamos as conseqüências da correção na interação entre locutores e suas funções na organização da conversação. Partimos do princípio de que a competência do falante para produzir textos, principalmente orais, e do ouvinte, para compreendê-los, depende muito do conhecimento, de estratégias de correção.

Ao adotarmos essa perspectiva, é possível definir quais são as classificações e tipologias da correção. De acordo com Barros e Melo (1988, p.18), é possível distinguir dois tipos de correção: a reparação e a correção, propriamente dita.

A reparação é bastante usada na tomada de turno; serve para corrigir o falante, no momento em que a fala deveria ser de uma outra pessoa. Ela deve ser entendida como a correção de um erro ou falha conversacional. Da mesma maneira que há mecanismos

reguladores da conversação, há também aqueles que corrigem ou procuram consertar alguns enganos cometidos.

O estudo da reparação e da organização da conversação estão intimamente ligados um ao outro. De acordo com o tipo cultural ou o tipo de conversa é que se determinam as regras e as técnicas deste estudo.

Segundo Barros e Melo (1888), as correções que não se aplicam às falhas ou erros conversacionais citados anteriormente são denominadas simplesmente correções.

Podemos encontrar dois tipos de correção. A correção pode ser parcial ou total, dependendo de como é feita a reformulação. Vejamos a diferença entre elas:

- Correção parcial: esse tipo de correção acontece quando parte do enunciado de origem é mantida no trecho em que acontece a reformulação, através da correção.

- Correção total: é aquele tipo de correção que encontramos quando, no enunciado reformulado, o falante não faz o resgate ou o aproveitamento de nenhum termo utilizado no enunciado original, ou seja, a correção é executada por meio da criação completa de um novo trecho do discurso.

Tanto na reparação quanto na correção existem casos de autocorreção (o próprio falante se corrige), e de heterocorreção (correção pelo outro), em que o falante comete o erro e seu interlocutor o corrige. Segundo Barros e Melo (1988), a distinção entre autocorreção e heterocorreção constitui um dos fatores que nos capacita a dizer que essas reformulações discursivas têm função interativa.

As correções podem ser feitas no mesmo turno em que o erro foi cometido ou em turnos diferentes.

De acordo com Barros e Melo (1998), a correção vem atender às necessidades de interação daqueles que participam da conversação, cuja função fundamental é estabelecer laços intersubjetivos.

Devemos fazer uso da correção na conversação, devido à existência de elementos considerados errados ou falhos.

Podemos distinguir três blocos de erros: erros fonético-fonológico-prosódicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos. Não é possível distinguir sempre em qual bloco o erro cometido deve ser enquadrado. Podemos chamar, também, os procedimentos lingüísticos utilizados na correção como marcadores de correção.

Vários autores determinam marcas e padrões específicos para a correção na conversação.

Barros e Melo (1988, p. 28) determinam um esquema sistematizado para correções. Este esquema é o que veremos agora:

palavra 1 + hesitação + palavra 2
(erro) (correção)

Barros e Melo (1988, p. 28) aproximam a correção da reformulação de idéias. Segundo as autoras, é possível reconhecermos a correção ou reformulação por meio dos marcadores de correção. O marcador serve de pista ao ouvinte para ajudá-lo a reconhecer o erro cometido e a interpretação da correção realizada.

Tomando por base, ainda, as definições das autoras (1988), a correção pode ser marcada também, pelos seguintes elementos: a ruptura da curva entoativa, a acentuação do elemento corretor e certas expressões verbais estereotipadas (advérbios, conjunções e interjeições).

Para Marcuschi (1986, p. 33), “uma das conseqüências da correção é que ela modifica a estrutura da frase, truncando-a, criando redundâncias, repetições, encaixamentos, etc.”.

Com base nesses autores, podemos falar, ainda, de outros marcadores e esquemas de correção. Grande parte desses marcadores e esquemas está vinculada à hesitação, que mostra dúvidas ou dificuldades que o falante tem em prosseguir o seu discurso e esta hesitação faz com que ele tenha um tempo maior para poder reestruturar sua fala. Mas nem sempre a fala é assinalada por sinais que nos permitem perceber hesitações, nem marcadores conversacionais, o que dificulta um pouco mais a percepção do ouvinte a respeito do esforço que o falante faz para produzir bem seu discurso e ser compreendido adequadamente pelo ouvinte e, conseqüentemente, contribuir com o processo de interação entre os participantes da conversação.

Podemos resumir os principais marcadores da correção em: pausa, prolongamento de vogais, repetição, truncamento ou interrupção, expressões verbais estereotipadas, mudança da curva entonacional, aceleração do ritmo e também os marcadores paralingüísticos, ou não verbais (olhar, riso, gestos, movimentos de cabeça e corpo etc.).

A correção não ocorre por acaso. É possível atribuímos-lhe algumas funções que, segundo Barros e Mello (1988: 30), são organizadas em três blocos:

□ funções cognitivo-informativas: têm por objetivo fazer com que o ouvinte compreenda bem as informações objetivas ditas pelo falante; esta é a função da produção da fala;

□ funções pragmáticas ou enunciativas: têm por objetivo fazer com que o ouvinte compreenda o falante, não apenas no que diz respeito às palavras pronunciadas, mas também que possa compreender suas opiniões, sentimentos e qual o papel social que este desempenha. Esta função pode ser considerada a responsável pelo esforço que o falante faz para ser compreendido pelo ouvinte;

□ funções interacionais: têm por objetivo fazer com que o ouvinte reconheça as intenções do falante, com respeito às relações intersubjetivas e aos envoltórios emocionais; temos, portanto, a função de interação entre os participantes da conversação.

Podemos dizer que, como objetivos gerais, a correção procura resolver e consertar falhas, erros e infrações, buscando poder assegurar a boa compreensão entre os participantes da conversação.

Passaremos, agora, a falar a respeito de outros recursos constitutivos da língua falada, que são as paráfrases.

3.1.2.2. As paráfrases

Veremos, nesta parte do trabalho, alguns conceitos e tipos de paráfrase, segundo Castilho (1998), Fávero, Andrade e Aquino (1999), Wenzel (1985) e Hilgert (1993). Acreditamos que o comentário a respeito de paráfrases é necessário, tendo em vista que elas também constituem os procedimentos de reformulação, e nem sempre é possível separarmos, totalmente, as correções de paráfrases; portanto, é preciso conhecermos tanto uma quanto a outra.

Castilho (1998) contribui conosco definindo paráfrase como

[...] o termo técnico que encerra pelo menos dois sentidos: (1) É uma técnica de análise do enunciado, utilizada pelo lexicógrafo, quando define semanticamente uma entrada de dicionário, ou pelo sintaticista, quando compara sentenças formalmente distintas, e mesma interpretação semântica. (2) É um processo constitutivo da linguagem, definido na Retórica de Aristóteles como um mecanismo de produção diversificada do discurso na situação social. Através da paráfrase, o falante escolhe

um ponto de vista sobre a realidade no nível da representação conceptual (*písteis*) e no nível da verbalização (*léxis*). A ampliação, a metáfora e a comparação são consideradas modalidades da paráfrase. (CASTILHO, 1998, p. 75)

Dessa forma, Castilho (1998) afirma que a paráfrase é um mecanismo de auxílio para o falante. Quando ele utiliza termos ou enunciados que não manifestam com clareza o seu propósito comunicativo, o falante pode recorrer a ela, modificando a forma da sua fala, mas preservando o conteúdo. No estudo da conversação, a paráfrase “procede à correção”, segundo Castilho (1998, p. 44), pois não podemos falar em correção sem considerarmos a paráfrase: afinal, segundo o autor, as duas buscam juntas o reajuste da mensagem.

Já de acordo com Fávero, Andrade e Aquino (1999), a paráfrase é uma reformulação de um enunciado anterior, mas entre eles há uma “relação de equivalência semântica”.

Analisando os tipos de paráfrases existentes, segundo Fávero, Andrade e Aquino (1999), podemos dizer que a paráfrase possui muitas funções na conversação. Entre elas, podemos citar a coesão do texto discursivo, pois existe entre o enunciado anterior e o atual uma articulação das informações. Mas, segundo as autoras, a função mais importante da paráfrase é a de “garantir a intercompreensão” (op. cit., p. 59).

Segundo Wenzel (1985), quando temos dois enunciados lingüísticos que mantêm entre si uma idéia igual ou semelhante, e o segundo é uma retomada parcial ou total do primeiro, temos uma paráfrase. Por meio dessa definição da autora, notamos que há, na paráfrase, uma relação de “similaridade e igualdade” entre os termos ou enunciados. Por isso, para que possamos reconhecer uma paráfrase, precisamos interpretar aquilo que foi dito.

Podemos classificar as paráfrases, segundo Wenzel (1985), como retóricas ou reconstrutivas.

A paráfrase retórica é aquela em que o falante reformula sua própria fala, tentando esclarecê-la melhor, facilitando, assim, a compreensão do ouvinte. Este tipo de paráfrase é aquele que encontramos nas reformulações executadas pelo próprio falante. Este tipo de paráfrase, segundo Hilgert (1993), é também chamado de autoparáfrase.

Já a paráfrase reconstrutiva, é aquela que encontramos nas reformulações feitas pela pessoa que estava ouvindo o discurso e sentiu necessidade de fazer algum comentário, para isso faz a reformulação, mas mantêm a equivalência semântica com o enunciado original que pertencia a uma outra pessoa. Dessa forma, podemos entender que a reformulação parafrástica ocorre quando o ouvinte ou interlocutor faz algum enunciado e o falante ou locutor retoma elementos da fala do interlocutor para dar continuidade ao diálogo e fazer-se melhor entendido. Essa possibilidade de produção de paráfrase, na qual o ouvinte reformula o enunciado de uma outra pessoa, é chamada por Hilgert (1993) de heteroparáfrase.

Segundo Wenzel (1985), podemos dividir as paráfrases reconstrutivas da seguinte forma:

- Paráfrase completa: é aquela em que todo o enunciado original é parafraseado com outras palavras, ampliando as oportunidades de compreensão das pessoas que estão ouvindo, levando, assim, em consideração, que todas as pessoas que ouvem um discurso não conhecem o mesmo vocabulário.

- Paráfrase sintetizadora: como o próprio nome já diz, é aquela que retoma o enunciado anterior de forma sintética, resumida, podendo, assim, garantir ao falante, que seu discurso foi entendido.

- Paráfrase concretizadora: é aquela que acontece quando, no enunciado original, foi utilizado um termo muito vago que necessita de uma explicação mais pormenorizada. A paráfrase, então, caracteriza, de forma objetiva e específica, o primeiro enunciado e proporciona, ao ouvinte, uma maior chance de entendimento.

- Paráfrase desconcretizadora: este tipo de paráfrase acontece quando, no enunciado matriz, as idéias estão bem pormenorizadas, então, a paráfrase é elaborada com elementos mais genéricos, menos objetivos.

- Paráfrase expansiva: é aquela que aumenta, amplia as informações do enunciado matriz, proporcionando maiores oportunidades de compreensão.

- Paráfrase redutora: é aquela na qual são encontrados alguns termos elípticos em relação ao segmento anterior. Este tipo de paráfrase valoriza, apenas, os pontos relevantes para a conversação.

Segundo Hilgert (1993, pp.112 e 113), tanto as correções, quanto as paráfrases manifestam descontinuidades na formulação do discurso, por isso, ambas são processos de formulação do texto e, como tal, buscam a solução de problemas detectados na produção do texto original. Dessa forma, são consideradas “atividades de reformulação”.

3. 1. 3. Construção por desativação

Salientamos que este é um dos tópicos de maior relevância nesta pesquisa, tendo em vista que os parênteses, recursos a serem analisados no *corpus* deste trabalho, são mecanismos que podem ser utilizados na língua falada através desse tipo de processo de construção textual – o de desativação. Vejamos, portanto, definições importantes a respeito de tal processo.

Quanto à construção textual por desativação, Castilho (1998) diz que

[...] é o processo de ruptura na elaboração do texto e da sentença, de que resultam o abandono de segmentos textuais, as digressões, os parênteses, e, no domínio da sentença, a ruptura da adjacência por meio de pausas, de hesitações, de inserção de elementos discursivos, etc. Também as elipses, e os anacolutos são fenômenos sintáticos atribuíveis à desativação.” (CASTILHO, 1998, p. 57)

Tomando por base os comentários do autor supracitado, o falante, ao fazer uso desse tipo de construção, primeiramente evidencia algo que tem a dizer e, ao perceber que não disse o que pretendia de maneira adequada, apaga o primeiro enunciado e o substitui por um novo, ou seja, fala algo que não foi bem elaborado, então o abandona e cria um novo enunciado. Esse novo enunciado pode, muitas vezes, deixar alguns termos elípticos ou, ainda, adicionar, inserir ao primeiro enunciado novos elementos. Segundo o autor, a correção, que faz parte da formulação textual, está incluída no processo de desativação ou descontinuidade da fala.

Quando vamos formular um texto, é necessário pensarmos na sua formulação, não apenas na questão do planejamento, mas também, na maneira como vamos realizá-lo. Segundo Castilho (1998), quando vamos efetivar nosso texto, o dever de procurar meios capazes de tornar esse discurso compreensível não é uma tarefa do ouvinte, mas sim do falante. Por isso, precisamos recorrer a mecanismos que possam fazer desse discurso um produto de ação e de interação.

No item seguinte, trataremos sobre as digressões, as elipses, os anacolutos e os parênteses, que também são elementos encontrados na conversação e contribuem para que a efetivação da interação.

3.1.3.1. Digressões, elipses, anacolutos e parênteses

3.1.3.1.1. Digressões, elipses e anacolutos

Sempre que transcrevemos textos falados, notamos a presença de elementos que não se enquadram às categorias gramaticais e estilísticas desenvolvidas para a escrita. Alguns desses elementos são denominados por alguns autores como digressões, elipses, anacolutos e parênteses. Vejamos em que consiste cada um deles e como podemos encontrá-los na língua falada.

Segundo Fávero (1999), a digressão é a quebra ou o desvio do tópico que estava em andamento; quando há o uso desse recurso de constituição do discurso oral, dizemos que existe uma descontinuidade no fluxo conversacional. As digressões podem ser conceituadas como segmentos textuais ou tópicos que não mantêm relação direta com enunciados anteriores e nem com o subsequente. Nas ocorrências de digressões, os tópicos em uso são suspensos, momentaneamente e surge a introdução de um novo tópico discursivo que, logo a seguir, também é abandonado e substituído por um outro. Em alguns casos, o falante recorre a outros mecanismos da fala como, por exemplo aos marcadores conversacionais ou às repetições para reestabelecer a conexão com o tópico truncado, procurando, assim, retomar aquilo que foi interrompido anteriormente.

Com relação à elipse, dizemos que, segundo Betten (1988), é a omissão de um termo ou segmento que não ocupa o lugar de maior importância no enunciado. É, segundo a autora, uma “economia de partes do discurso no diálogo” (op. cit.:2). De acordo com essa definição, podemos entender a elipse como a omissão de uma ou mais palavras que podem ser subentendidas no discurso.

No que diz respeito aos anacolutos, Betten (1988) afirma que eles se referem a uma palavra ou construção frasal abandonada. Os anacolutos podem ser entendidos como tentativas de adequação da fala, de acordo com a “situação comunicativa”, segundo Betten (op. cit., p. 5).

Segundo Castilho (1998), quando o falante utiliza um segmento que é, posteriormente, abandonado, cabe ao ouvinte completar este enunciado de acordo com as informações que ele pode captar do contexto da conversa.

Betten (1988) ainda nos chama a atenção para algumas estratégias ou princípios que podemos utilizar para melhorar nosso discurso e, conseqüentemente, a intercompreensão da conversação e, dessa forma, a contação de histórias. Vejamos, então, quais são essas estratégias que ela chama de “regras de uso”:

1) Quando percebemos que o ouvinte entendeu aquilo que pretendíamos partilhar com ele, é desnecessário continuarmos falando, pois, muitas vezes, poderemos complicar algo que já havia sido entendido, ou, simplesmente, a continuação não é mais necessária;

2) Ao percebermos que o falante não pode mais nos compreender, é necessário que façamos uma interrupção no discurso para reformularmos nossa fala ou acrescentarmos a ela outros elementos que possam torná-la mais compreensível;

3) E se percebemos que nossa fala não foi bem elaborada e não está sendo eficaz, precisamos interrompê-la e corrigi-la antes que haja um entendimento inadequado das informações contidas em nosso discurso.

Acreditamos que as conceituações, trazidas por Betten (1988) e por Castilho (1998), também contribuem na elaboração da fala, da qual já tratamos anteriormente.

3.2 O processo de inserção parentética ou de constituição dos parênteses no tópico discursivo – a conceituação, a aplicabilidade na competência comunicativa e a topicalização discursiva

3.2.1. A conceituação de inserção parentética

De acordo com Jubran (1993), não podemos definir os parênteses utilizando, para isso, apenas uma das propriedades que definem o tópico discursivo - a centração. A autora explica que existe uma necessidade de que marcas formais que delimitem ou determinem com precisão esses tipos de inserção. Essa necessidade se dá, principalmente, nos casos de parentetização, nos quais as características listadas abaixo podem ser encontradas.

- (a) ausência de conectores do tipo lógico que pudessem estabelecer relações lógico-semânticas entre o parêntese e o enunciado em que se encarta;
- (b) pausa antes e depois da frase parentética;
- (c) mudança de entonação e, muitas vezes, de velocidade de elocução na expressão da parte inserida, em contraste com a parte focal;
- (d) indícios de suspensão de tópico em desenvolvimento, dentre os quais se destaca a incompletude do enunciado que antecede a frase parentética. (...);
- (e) marcas de retorno ao tópico temporariamente suspenso, sendo mais freqüente a repetição de elementos anteriores à inserção.”(JUBRAN, 1993, p. 70)

A referida autora argumenta que a concepção de parênteses apenas a nível sintático é insuficiente para definir o tipo de parêntese inserido no texto. Assim, Jubran (1993, p. 71) define a inserção parentética como “segmentos do discurso, de curta duração, que se encaixam no tópico em desenvolvimento, enquanto desvios momentâneos do quadro de relevância temática.”

3.2.1.1 o processo de inserção parentética e a perspectiva textual-interativa - aplicabilidade na competência comunicativa

Ao registrarmos nossas considerações a respeito dos parênteses ou das inserções parentéticas, podemos dizer que, segundo os estudiosos do grupo de “Organização Textual-Interativa” (do Projeto da Gramática do Português Falado), esses recursos dizem respeito a um segmento de curta extensão que vem inserido no interior do tópico discursivo, segundo Jubran (1993).

Seguindo a linha de estudos do grupo supracitado, notamos que as inserções parentéticas constituem uma perspectiva textual-interativa. E, de acordo com essa perspectiva, podemos vincular o processo de parentetização como uma manifestação de uma competência comunicativa. Essa competência comunicativa diz respeito à capacidade de os usuários da língua poderem estabelecer a comunicação social diante da produção e da compreensão de textos que se efetivam por meio do ato comunicativo. Sendo assim, o texto, nesse contexto, é entendido como um objeto ou produto lingüístico marcado pela dinamicidade da atuação interacional, ou seja, podemos compreender o texto como um produto da competência lingüístico-comunicativa.

Assim, ao estudarmos e analisarmos os textos, em especial os falados, encontramos fenômenos lingüísticos que revelam o processo de elaboração, quanto ao caráter interacional característica da língua falada. Entre os vários fenômenos lingüísticos (já citados em outros tópicos) que contribuem para a interação verbal, salientamos e escolhemos, como nosso objeto de análise em textos orais e escritos, o fenômeno da inserções parentéticas ou

parênteses para analisarmos. Vejamos, portanto, algumas considerações pertinentes a esse processo.

Embora este tópico trate, especificamente, do processo de parentetização, achamos por bem iniciá-lo, retomando a questão de que estes recursos – os parênteses – fazem parte do processo de construção do texto por desativação. A respeito de tal construção, podemos dizer que é um processo no qual ocorre uma interrupção no tópico do qual se estava tratando, ou seja, palavras que ocupavam lugar de extrema importância são deixadas de lado, a fim de que outras sejam ativadas, caracterizando, assim, o desvio da estrutura temática. Vale considerar, aqui, que a interrupção da qual falamos acima, diz respeito a uma interrupção breve e parcial, não chega a haver abandono do tópico. Dessa forma, as palavras principais que são momentaneamente suspensas são, imediatamente substituídas por outras. Com relação a essa suspensão e à ativação de um novo elemento, dizemos que são constituídos os fenômenos ou recursos de parentetização e de digressão.

Tomando esta última informação como parâmetro, registramos, aqui, as contribuições de Castilho (1998) e de Andrade (1995) que nos levam a entender que a digressão é caracterizada como um desvio do tópico que estava sendo tratado. Complementamos essa idéia com o que postula Fávero (1999, p. 20), segundo a qual a digressão “pode ser definida como uma porção da conversa que não se acha diretamente relacionada ao tópico em andamento”. Enquanto os parênteses são atos da fala que possuem intuito informacional, uma vez que, ao estabelecer-se o intervalo na suspensão tópica, os parênteses proporcionam esclarecimentos, avaliações, descrições, perguntas. Dessa forma, Castilho (1998) e Andrade (1995) afirmam que os parênteses não se constituem como um tópico desviante, mas demonstram uma posição intra-tópica e acrescentam ao texto dados e informações referentes à situação discursiva que está sendo tratada. Segundo os mesmos autores, não se caracteriza corte do tópico em sub-tópicos que podem ser nitidamente separados.

Embora tenhamos retomado algumas questões pertinentes à digressão no parágrafo anterior, vale salientar que isso foi feito a fim de melhor esclarecermos o que caracteriza um e outro recurso. No entanto, o que nos interessa neste tópico é um tratamento específico a respeito do processo de parentetização.

Com relação aos parênteses, podemos dizer que esse fenômeno recebeu diferentes considerações quanto a sua natureza textual conforme foi sendo estudado por diferentes estudiosos, entre os quais estão aqueles que podem ser encontrados nas referências bibliográficas deste trabalho. Em um artigo produzido por Koch *et alii* (1989), o processo de parentetização foi definido como um fenômeno de descontinuidade na progressão temática, pois, seguindo esse ponto de vista, tinha como característica primordial um ralar na compactação das informações. Segundo tal definição, a oralidade era vista como fragmentada demais, uma vez que descompactava informações, manifestando, assim, uma certa falta de planejamento do discurso, o que demonstrava ou caracterizava a tal fenômeno como prejudicial à comunicação.

Em estudos posteriores, Jubran *et alii* (1992) redefini como as inserções parentéticas como um fenômeno de articulação de informações no discurso oral e não como um fenômeno que provoca descontinuidade na progressão temática do discurso.

Dessa forma, as inserções parentéticas podem ser classificadas, segundo a perspectiva textual-interativa, em duas modalidades:

1 Com estatuto tópico, como no casos dos tópicos paralelos que são esclarecimentos, explicações, etc., ou seja, temos um comentário que tem relação íntima com o tema em discussão, e

2 Sem estatuto tópico, como nos casos de comentários nos quais o eu do locutor aparece, nos casos em que podemos encontrar marcas de retomadas, de possíveis citações

posteriores, trechos esses que exemplificam melhor os parênteses.

Assim, podemos defini-los, segundo Betten (1988), como uma frase ou como o acréscimo de uma ou mais palavras, que não pertencem à seqüência discursiva que está sendo formulada, mas que, em geral, servem para esclarecer, comentar ou exemplificar o contexto no qual estão inseridas. De acordo com Jubran (1996, p.71), “os parênteses têm sido definidos como frases independentes, que interrompem a relação sintática onde estão inseridas e com a qual não apresentam conexão formal nitidamente estabelecida”. Assim, podemos notar que as definições de parênteses nos levam a pensar que eles são mais uma demonstração de diferentes estratégias de construção do texto falado, no qual podemos fazer encaixes de informações que podem melhorar a interação entre os agentes da conversação. Segundo a autora (op. cit.), os parênteses são recursos capazes de concretizar a interação na fala, uma vez que possibilitam a ampliação de informações a respeito do tópico que está sendo discutido e contribuem com a elaboração do texto..

4. Considerações finais

Utilizamos como base para o desenvolvimento deste trabalho, questões teóricas da AC, por isso, salientamos que a oralidade é uma modalidade da língua que começou a ser estudada há pouco tempo e os estudos a respeito dela ainda são em menor quantidade que o número de estudos que se realizam a respeito da escrita. Mas, não é por isso que aquela pode ou deve ser considerada uma modalidade menor ou menos significativa para os estudos lingüísticos, pois se pensarmos em interação, a oralidade possui vantagens sobre a escrita. Ela (a oralidade) dispõe de recursos suficientemente capazes de propiciar a integração entre os seres humanos de maneira mais facilitada, principalmente porque no momento de sua produção existe interação face a face entre locutor e interlocutor. Além desse elemento facilitador de interação entre locutor-texto-ouvinte, a oralidade conta com uma série, muito ampla, de mecanismos, entre os quais, selecionamos, para desenvolver esta pesquisa: os procedimentos de constituição do texto falado.

Sendo assim, reforçamos a idéia de que esses procedimentos são mecanismos de muita importância para o estabelecimento da interação na comunicação, independente da modalidade lingüística que está sendo utilizada, afinal, existe um *continuum* entre as duas modalidades da língua, pois embora sejam práticas diferentes, ambas possuem a mesma estrutura e têm o mesmo objetivo prioritário – comunicar e interagir.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- BARROS, D. L. Pessoa de & MELO, Z. M. Zapparoli. Procedimentos e funções da correção na conversação. In: PRETI, D. e URBANO, Hudnilson (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para estudo - entrevistas. Projeto NURC/SP. São Paulo: Editor/ FAPESP, 1988.
- BETTEN, Anne. Ellipsen, Anakoluthe und Parenthesen. In: *Deutsche Sprache* 4, 1976. Trad. De Fernando Cazarini. Assis, 1988.
- CASTILHO, A. T.. *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Ed. Lingüística Contexto.1998.
- FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. In: Preti, Dino (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999, p.33-53. (Projetos Paralelos - NURC,1)



Anais do IX Encontro do CELSUL
Palhoça, SC, out. 2010
Universidade do Sul de Santa Catarina

- FÁVERO, L. L., ANDRADE, M. L. C. V. O. & AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita - perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez. 1999.
- HILGERT, J. G. Procedimentos de Reformulação: a Paráfrase. In: PRETI, D. (org.). *Análise de Textos Oraís*. Projeto NURC/SP. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinardi et al.. Organização Tópica da Conversação. 2.ed. . In: ILARI, Rodolfo. *Gramática do Português Falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. (Série Pesquisas, 2)
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo, Ática, 1986.
- WENZEL, Angelika. Funktionem Kommunikativer Paraphrasen. In: *Dialogforschung*, Trad. J. G. Hilgert. São Paulo, 1985. 54, 385-401.